

## Hispanismo e identidade nacional nas páginas da *Revista de Derecho, Historia y Letras*

Camila Bueno Grejo<sup>1</sup>

**RESUMO:** A data da comemoração do Centenário da Independência, em 1910, foi tomada como pretexto pela elite política e intelectual argentina para inspirar na população o sentimento de pertencimento à nação. Impulsionados pelos grupos dirigentes, múltiplos setores sociais foram, de alguma forma, incluídos nos preparativos de manifestações que tinham por objetivo resgatar a “argentinidade” e as tradições históricas, o que acabou transformando as festividades num modo de enfrentar a heterogeneidade étnica causada pela grande porcentagem de imigrantes. Para resgatar o sentimento nacional, a elite intelectual propunha retornar ao passado, às origens, em busca de uma definição do ser essencialmente argentino. A identidade nacional, antes simbolizada pelo imigrante europeu, passou a ser problematizada a partir de outra perspectiva, na qual a herança colonial, outrora repudiada pelos liberais, foi recuperada e considerada parte integrante do novo modelo nacional. Este trabalho tem o objetivo de analisar em que medida a *Revista de Derecho, Historia y Letras* – publicação argentina dirigida por Estanislao Zeballos –, configurou-se num importante veículo de difusão do legado espanhol e da hispanidade partindo de uma perspectiva positiva e aglutinadora da nova identidade em processo de construção.

**Palavras-chave:** Argentina, hispanismo, Zeballos.

**ABSTRACT:** The date of the Independence Centennial celebration in 1910, was taken as a pretext by the Argentine political and intellectual elite to inspire in people the feeling of belonging to the nation. Driven by the ruling groups, multiple social sectors were, somehow, included in the preparations of demonstrations aimed to rescue the "argentine" and historical traditions, which ended up turning the festivities in order to address the ethnic heterogeneity caused by the large percentage imigrantes. To rescue the national feeling, the intellectual elite proposed return to the past, to the origins, in a search of a definition of being essentially Argentine. National identity before symbolized by the European immigrant, became problematized from another perspective, in which the colonial legacy, once repudiated by the Liberals, was recovered and considered part of the new national model. This work aims to analyze to what extent the *Revista de Derecho, Historia y Letras* - Argentine publication directed by Estanislao Zeballos - configured as an important vehicle for disseminating the Spanish legacy and Hispanic world starting from a positive and unifying perspective of the new identity under construction.

**Palavras-chave:** Argentina, hispanism, Zeballos.

**Artigo recebido em:** 14/06/2016

**Artigo aprovado em:** 16/12/2016

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Unesp/Assis e docente de História da América na Universidade Estadual de Londrina.



A definição da nacionalidade argentina, especialmente após a consolidação do Estado nacional, em 1880, transformou-se numa questão imperativa para a elite política e intelectual. Na *Revista de Derecho, Historia y Letras (RDHL)*<sup>2</sup>, fica bastante evidente a necessidade não apenas de discutir a questão, mas também de apontar soluções que acenassem no sentido de contribuir para uma definição acerca daquele que era considerado o maior entrave à construção da identidade nacional argentina: a imigração massiva. Neste artigo, buscaremos discutir o empenho da intelectualidade argentina em construir a almejada nação diante do grande afluxo de estrangeiros e quais os instrumentos por ela utilizados, sua implicação na política nacional e a repercussão que encontrou nas páginas da *RDHL*.

Com a consolidação do Estado nacional, novas questões se apresentavam como preocupações à elite política e intelectual que incumbiu a si própria a tarefa de aliar o desenvolvimento do país à construção de uma nacionalidade que o representasse. Portanto, a partir da primeira administração de Roca (1880-1886)<sup>3</sup>, a Argentina integrava sua economia ao mercado externo com uma volumosa produção de cereais e carne que tinha como destino o mercado consumidor europeu. A Campanha do Deserto (1879)<sup>4</sup> já havia afastado a hostilidade indígena e permitido a integração de terras das fronteiras à produção agropecuária; além disso, levou à escassez de mão de obra e à necessidade da cooptação de novos braços para moverem a economia do país, questão solucionada pelo fomento do Estado à imigração massiva de europeus, consolidando a inserção da Argentina nos moldes capitalistas vigentes.

O impacto imigratório ultramarino e o processo modernizador integram o conjunto de fatores que devem ser considerados quando se examinam as alternativas vinculadas ao processo conformador do capitalismo argentino e, por isso, os estudos

---

<sup>2</sup> A *Revista de Derecho, Historia y Letras* constitui-se num empreendimento liderado por Estanislao Zeballos, quem também foi seu principal financiador e editor. Foi publicada em Buenos Aires, entre os anos de 1898 e 1923, e funcionou como um espaço de discussões políticas pautadas pela questão da identidade nacional argentina. Surgiu, portanto, como um instrumento que buscava, por meio da ação intelectual, transformar as instituições e hábitos políticos do país introduzindo uma política de princípios.

<sup>3</sup> Roca promoveu a unificação da moeda, a consolidação do exército nacional e, a partir da lei de territórios nacionais fortaleceu o Estado, buscando apresentar a imagem de um país mais sólido e confiável economicamente.

<sup>4</sup> A Campanha do Deserto realizada contra as populações indígenas apoiava-se numa justificativa compartilhada pelas elites do mundo ocidental: que as nações viáveis eram aquelas dotadas de uma população de raça branca e religião cristã. Esta temática será retomada neste trabalho devido ao envolvimento de Zeballos no processo.



sobre a imigração são imprescindíveis para identificar e compreender os sujeitos sociais que protagonizaram esse processo.

No imaginário da elite política e intelectual, incumbida de construir a nação argentina moderna, a instalação de estradas de ferro inglesas e a atração de imigrantes eram pré-requisitos para pôr em marcha o progresso e transformar as bases socioculturais do país. Entendemos, portanto, que o projeto pró-imigração não foi gestado a partir do passado colonial, mas contra este, uma vez que, desde seu início, estava apoiado na ideia de transformar a herança *criolla* e hispânica, conforme difundido por Juan Bautista Alberdi (1810-1884).<sup>5</sup>

Na obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*<sup>6</sup>, Alberdi defendia a máxima “governar é povoar”, plasmada no artigo 25 da Constituição nacional de 1853, ressaltando a obrigação do Estado em fomentar a imigração, especialmente a de caráter agrícola, destinada a ampliar a produção de cereais no país. A ferramenta legal que sistematizou a política imigratória foi a Lei nº 817 de Imigração e Colonização, aprovada em 1816, também conhecida como “Lei Avellaneda”, a qual foi reforçada pela Lei da Província de Buenos Aires, em 1877, com vistas a criar centros agrícolas no país.

A baixa densidade populacional e as terras agricultáveis transformaram a Argentina num país ideal para receber migrantes estrangeiros. Klein (2000) estima que 26 mil imigrantes chegaram ao país nos últimos anos da década de 1850, mas que por volta de 1880, esse número chegou a cerca 440 mil europeus, causando um grande impacto no crescimento populacional.<sup>7</sup> No caso argentino, a chegada de estrangeiros teve efeitos contundentes, pois o país passou de uma população que não chegava a dois milhões de habitantes em 1869 para o quádruplo deste índice em 1914 e, no final da década de 1920, já alcançava os 11,6 milhões entre nativos e imigrantes.

Todavia, a euforia vivida pela sociedade argentina com relação ao fenômeno imigratório logo se converteu em uma dupla problemática, uma vez que eram necessários ao desenvolvimento econômico do país, mas, ao mesmo tempo, ameaçavam

---

<sup>5</sup> Alberdi foi político, diplomata e escritor considerado pertencente à Geração de 1817. Sua principal obra *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, publicada em 1852, exerceu grande influência na elaboração da Constituição do país.

<sup>6</sup> Publicado em 1852, este livro serviu de base para a Constituição da República Argentina de 1853.

<sup>7</sup> O autor ressalta que Argentina e Canadá foram os países americanos que mais se destacaram em relação ao peso relativo da população nascida fora do país.



a ordem política instaurada. Segundo Halperín-Donghi (1998, p. 211), já no final do século XIX se ouvia o argumento que ganharia força no início do XX, de que os estrangeiros seriam os responsáveis por introduzir a noção de luta de classes em um país que a ignorava, pois não a achava necessária, uma vez que se tratava de uma sociedade que oferecia igualdade de oportunidades.

Na década de 1880, a grande corrente imigratória contribuiu para a formação de uma sociedade composta por elementos distintos, interpretada como uma ameaça aos olhos da elite argentina, principalmente por considerar o papel fundamental que o estrangeiro deveria desempenhar para a realização do projeto nacional definindo, portanto, que sua fixação na sociedade argentina deveria ocorrer dentro de limites estritamente fixados. Cornblit (1967, p. 07) ressalta que a elite de 1880 concebia aquele momento a partir do desenvolvimento acelerado promovido por uma minoria ilustrada no qual as grandes massas *criollas* ou nativas deveriam ser inseridas com o mínimo possível de opiniões sobre as decisões econômicas e políticas, evidenciando a hipótese de que as leis de regulamentação da imigração deveriam funcionar como um instrumento de controle da massa imigratória.<sup>8</sup>

Os imigrantes eram, contudo, atores de diferentes processos e protagonistas de ao menos duas histórias simultâneas. Não eram apenas mão de obra vital para uma economia em expansão, estrangeiros a se incorporar a uma sociedade com diferentes graus de integração e conflito, potenciais cidadãos de um sistema político em transformação e integrantes de uma nação em formação, mas, além disso, eram membros de outras nações distintas, também em formação e, por isso, requeridos pelos Estados nacionais de origem, os quais zelavam por sua população (Bertoni, 2001, p. 182). Entrementes, no final do século XIX, as nações mais poderosas buscavam se afirmar como potências e a Argentina constituía-se numa nação nova, ainda em processo de formação, o que contribuía para que sua elite política e intelectual se sentisse ameaçada diante das mudanças sociais que se operavam no período de imigração aluvional.

O fenômeno imigratório representou, portanto, uma dicotomia no imaginário das

---

<sup>8</sup> Os imigrantes desenvolveram uma intensa vida associativa, formando coletividades que gravitavam em torno das sociedades de ajuda mútua, clubes, instituições recreativas, hospitais, escolas e também da imprensa.

elites argentinas. Svampa (1994, p. 73) destaca que já no final do século XIX podiam ser percebidos distintos aspectos de um mesmo processo, os quais caracterizavam tanto o trânsito como a sobreposição de duas visões distintas do imigrante: a de classe trabalhadora, elemento vital para o progresso do país, mas que começava a se converter numa classe perigosa, ameaçando a ordem instaurada pela elite. Nesse sentido, diferentemente do que ocorrera com a geração de Alberdi e Sarmiento, os intelectuais do final do século XIX buscavam no imigrante exclusivamente braços para trabalhar e não sujeitos políticos. Para a autora, na maior parte das vezes em que o tema da imigração surgiu naquele período esteve associado ao crescimento econômico e suas cifras apareciam junto às estatísticas anuais de extensão das linhas férreas e do aumento da exportação de carnes e cereais e, por isso, fundamenta que o único objetivo do fomento à imigração consistia em satisfazer a demanda de mão de obra.

Neste cenário, passaram a surgir questionamentos a respeito do fomento indiscriminado da imigração e da necessidade de selecionar ou, até mesmo, rechaçar alguns estrangeiros, atitude discordante com o projeto idealizado anteriormente, o qual descrevia a Argentina como um país aberto a todos os homens de boa vontade que quisessem habitar seu solo, tal como descrito na Constituição de 1853. Portanto, a tensão estabelecida no final do século XIX entre a elite argentina e a massa de estrangeiros evidenciava o surgimento de incertezas sobre os rumos empreendidos a partir da organização nacional e gerava dúvidas acerca dos moldes adotados para a configuração da sociedade e da própria identidade nacional.

Na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, a imigração representou um assunto de importante repercussão, uma vez que evidenciava as atitudes do governo argentino e a direção para qual caminhava não apenas a política, mas a organização da sociedade e a construção da identidade nacional de um país que havia passado de um “deserto” para um “mar de multidões”.

Sem dúvidas, o fator emblemático recaía sobre a sensação de desagregação social. A debilidade dos traços que compunham o caráter nacional argentino ganhava destaque a partir das tentativas dos estrangeiros de construir, a partir de vastos e crescentes conjuntos imigratórios, outras identidades coletivas. Diante disso, a elite argentina via a rápida transformação da sociedade como a dissolução do nacional, sobretudo porque se observou em alguns grupos de estrangeiros a aparição de novas



práticas culturais, destinadas a conservar os traços nacionais de origem como a língua, a tradição ou a história e a fomentar os laços afetivos de adesão às velhas pátrias como parte do movimento de afirmação da nação que se desenvolvia em seu país de origem (BERTONI, 2001, p. 183).

Podemos afirmar, portanto, que no final do século XIX o governo argentino adotou medidas que buscavam, ao mesmo tempo, construir a idealizada nacionalidade e minar quaisquer possibilidades de formação de outras identidades diferentes daquela que buscava legitimar. Contudo, partindo de uma perspectiva econômica, ainda havia a necessidade de braços para o trabalho e, dessa forma, as portas do país continuariam abertas aos imigrantes e seriam dissipados os temores suscitados pelos potenciais requerimentos de seus Estados de origem.

### **Educar para nacionalizar**

Desde 1853, a questão educacional adquiria importância para a nova nação que se buscava consolidar, principalmente a partir de uma estratégia educativa de longo prazo destinada à produção de novos sujeitos políticos capazes de impor e manter o novo regime político instaurado (FARIA FILHO; PINEAU, 2009, p. 89).

Os homens de 1880, inspirados por Domingo F. Sarmiento (1811-1888)<sup>9</sup>, viam a educação como uma ferramenta importante para homogeneizar a nova sociedade, pois a concebiam a partir de uma missão civilizadora que visava preparar as massas para o desempenho das atividades políticas, porém, sempre guiadas pelos que detinham as luzes, isto é, pela elite política e intelectual.

A discussão de assuntos relativos à educação pública e o resgate de textos de Sarmiento serviram de suporte para a compreensão da nação argentina. A escola, desde os anos de 1880, havia se transformado numa ferramenta em prol da questão nacional argentina. Os debates políticos travados no século XIX assinalaram a possibilidade de se construir o Estado e a Nação por meio de um esforço civilizatório, uma verdadeira política de identidade, que tinha a escola como um eixo central; questão que adquiriu um papel fundamental na década de 1910.

---

<sup>9</sup> Sarmiento foi presidente da República argentina entre 1868 e 1874 e um dos maiores nomes da história intelectual latino-americana do século XIX.

A escola pública, laica e obrigatória foi idealizada como um instrumento que deveria transformar os filhos dos imigrantes em argentinos a partir da instrução primária, cuja finalidade era a de incorporar os imigrantes e recuperar a “argentinidade”. Pela utilização de símbolos como a bandeira, o hino e o escudo nacional, da história nacional e das instituições políticas, o governo pretendia assimilar os filhos dos estrangeiros, acreditando que, quando aqueles se vissem rodeados pelos símbolos nacionais e pela exaltação dos heróis pátrios, passariam a se sentir pertencentes à nação argentina. Seguindo essa perspectiva, o ensino da história nacional deveria mostrar o caminho percorrido pelos grandes personagens e despertar um sentimento de pertencimento à pátria.

Conforme demonstrou Stella Franco (2003, p. 43), na virada do século XIX para o XX, em razão do surgimento na Argentina dos movimentos anarquista e socialista e com a realização das primeiras greves de trabalhadores a partir de 1895, as elites começaram a temer a desordem social. A preocupação em forjar a consciência nacional se ampliava na medida em que as elites associavam os imigrantes aos movimentos sociais desencadeados desde o final do século XIX. Nesse contexto, o ensino da história nacional, da instrução cívica e do idioma nacional eram meios buscados para “argentinizar” o elemento estrangeiro, ou seja, formas de integrá-lo à sociedade argentina.

A partir da reforma do Conselho Nacional de Educação (CNE), a história pátria passou a ser abordada a partir de uma perspectiva que buscava recuperar as tradições e o ensino da história nacional era concebido como um meio de assimilar imigrantes e promover a consciência nacional, processo que se intensificou no século XX. Esse órgão também foi responsável por construir museus e escolas, ritualizar os atos escolares, erigir monumentos e difundir os símbolos pátrios. Zeballos, Bartolomé Mitre, Julio Argentino Roca, Ramón Cárcano e Adolfo P. Carranza foram membros da comissão para a criação de um museu histórico convertendo os objetos do passado em relíquias, pontes emocionais que os uniam a uma história lendária que começava a ser escrita, que precisava ser escrita. (BERTONI, 2001, p. 102-106)

Em discursos proferidos como presidente da Câmara dos Deputados em 1887 e posteriormente publicados na *RDHL*, Zeballos alertava sobre a indiferença cívica observada nas escolas. Àquela época, já havia sido sancionada a Lei 1420, que



estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário, mas, para ele, o sistema educacional público ainda não estava completo e apontava a falta de infraestrutura adequada e de uma maior área de cobertura geográfica. Segundo Sánchez (2009, p. 242), a escola argentina se encontrava em desvantagem frente à escola subvencionada pelos estrangeiros, ainda que fosse uma situação que começava lentamente a ser corrigida, já que foram necessários vários anos para que a matrícula escolar fosse ampliada e que a influência do Estado fosse consolidada em todo o sistema educativo.

Em 10 de dezembro de 1900, Zeballos fora eleito pelo Conselho de Educação de Córdoba para atuar como seu representante no Congresso Pedagógico e seu discurso, prontamente reproduzido na *RDHL*, destacava o momento crucial do evento:

El Congreso se reúne en un momento histórico de la evolución argentina, en el momento en que todas las tendencias e ideales morales, políticos y sociales, están empeñadas en la lucha para apoderarse del espíritu público y dirigirlo. (ZEBALLOS, 1901, p. 110.)

Aquele era o momento da segunda presidência de Roca e o tema da naturalização dos estrangeiros havia desaparecido dos grandes debates públicos. As questões imigratórias e da nacionalidade argentina continuavam na agenda, porém, estavam agravadas pelas tensões sociais decorrentes do movimento operário. Além disso, conforme aponta Sánchez (2009, p. 249), italianos e espanhóis não eram os únicos imigrantes a desafiar o poder da elite dirigente, já que o país recebia uma importante parcela de imigrantes não desejados como os turcos (sírio-libaneses) e judeus de maioria russa.

Diante desse quadro, em seus discursos, Zeballos indicava o problema da educação das massas como o mais urgente, mas, também, como o mais descuidado:

De modo que en la actualidad no hay en la República Argentina un asunto más trascendental, pero desgraciadamente voy a hacer una afirmación definitiva, con la convicción profunda que tengo al respecto y en la forma terminante con que acostumbro hacer todas las afirmaciones cuando estoy convencido de su verdad: desgraciadamente, repito, en nuestro país el pueblo y los poderes públicos apenas acuerdan a estas trascendentalísimas cuestiones una importancia secundaria. (ZEBALLOS, 1901, p. 111)

A existência de um sistema educativo bem estruturado, de amplo alcance e eficácia, tanto pedagógica quanto moralmente, era interpretada como fundamental para





a sobrevivência do projeto nacional. A revista transmitia a ideia de que havia um temor de que a sociedade em processo de formação se afastasse dos ideais da Revolução de Maio de 1810 e adotasse outro caráter em decorrência da caótica e viciosa influência das massas imigratórias:

Por eso corremos el peligro de que esta sociedad en embrión se sienta arrastrada por una dirección vigorosa, de sorpresa, que lejos de responder a los ideales de Mayo, nos lleve a una resultante que no cuadre a nuestras tendencias, ni a nuestros anhelos y que ocasione, cualquier día, perturbaciones profundas a la manera como sorprenden las grandes crisis sociales a los pueblos descuidados. (ZEBALLOS, 1901, p. 111)

Podemos notar uma grande preocupação com a ordem, a qual parecia cada vez mais insegura, pois estava assentada sobre uma base instável e potencialmente explosiva. Neste contexto, o estímulo à educação fora projetado com vistas a definir uma tradição uniforme, dirigida e dominada pelos intelectuais liberais que buscavam, tal como enunciou Zeballos, definir a tradição nacional nos moldes da própria Constituição Nacional:

La lucha por dirigir la educación, que representa grandes sumas de poder, de riqueza y de influencia, actuando persistentemente sobre el espíritu público argentino, debe tener su principio y su fin en los orígenes y en las tendencias de nuestra constitución. (ZEBALLOS, 1901, p. 111)

Contudo, Zeballos insistia que ainda faltava à educação um alcance verdadeiramente nacional que tornasse possível uniformizar cultural e politicamente o país:

No hay sino un medio de defender de cualquier peligro a nuestra nacionalidad, en el pasado y en el porvenir, del punto de vista educacional: el de declarar que los ideales de la educación correspondan al Estado, prestigiando el sistema que dirige el Consejo Nacional con sus delegaciones federales en el resto de la República, combinadas con los consejos de las provincias. Éste es el sistema de educación de la carta fundamental. ¡Él ofrece amplias seducciones para todos los anhelos y creencias, porque a todos los comprende y a todos asegura los beneficios de las garantías y libertades declamadas! [...] Es el único sistema que dará homogeneidad al sentimiento nacional y que habilita para ejercitar los derechos acordados por nuestra constitución, en un ambiente de fundadora libertad de pensamiento y de acción, para todos los hombres y para todas las creencias, acordando a cada uno su legítimo lugar. Es la vía para alcanzar el equilibrio de las influencias e intereses contradictorios al amparo de la dirección uniforme de los destinos de nuestra nacionalidad. (ZEBALLOS, 1901, p. 112)



Em algumas regiões da Argentina, como Rosário e Buenos Aires, as bandeiras, as celebrações patrióticas e as estátuas patrocinadas pela coletividade de estrangeiros haviam se tornado abundantes e ocupavam lugares de destaque. Esse era o caso dos italianos que, de acordo com Fernando Devoto (2004, p. 40), eram considerados um grupo sob suspeita e representavam uma ameaça devido ao grande número, a pouca disposição em se integrar à sociedade argentina e ao vigor de suas instituições étnicas; além disso, sua presença pública em manifestações e comícios, principalmente em festejos a seus heróis, tais como Mazzini e Garibaldi, contribuíram para que fossem vistos como um empecilho à construção da identidade argentina. Devoto argumenta também que a promoção da imigração subsidiada se converteu num exemplo da intenção do governo argentino de incrementar e reorientar o fluxo para diluir a importância da imigração espontânea italiana, já que os italianos foram rigorosamente excluídos de tal iniciativa.

O empenho em enaltecer a nação que se buscava construir ecoava nas páginas da revista, tal como em um artigo do próprio Zeballos, publicado no ano de 1900, que pretendia rastrear as origens do escudo e das cores nacionais definidos pela Assembleia de 1813. A grande preocupação detectada estava relacionada à adulteração que teriam sofrido ao longo do tempo e sobre como possivelmente o caráter nacional daquele símbolo pátrio teria sido corrompido pela atuação de funcionários e artesãos:

Los atributos nacionales corren de tal manera adulterados por eliminación de caracteres o por adiciones y variantes arbitrarias y a las veces ridículas, que aún las personas instruidas se preguntan a menudo: ¿cuál es el verdadero escudo nacional? (ZEBALLOS, 1900, p. 279.)

A preocupação já existia desde o final do século XIX, como podemos perceber a partir de um decreto do então presidente Roca, em 1884<sup>10</sup>, proibindo o uso indiscriminado de bandeiras estrangeiras e determinando que fossem destacadas as cores argentinas:

Artículo 3º. Queda prohibido enarbolar en tierra los pabellones de otros Estados, con excepción de las casas de sus Agentes Diplomáticos y

---

<sup>10</sup> O decreto do presidente Julio Argentino Roca foi transcrito por Zeballos na RDHL.



Consulares.

Artículo 4°. En el ornato de fachadas de edificios o de locales preparados para festejos públicos, podrán usar indistintamente los colores de todas las banderas, y en los trofeos que se formen la Argentina ocupará siempre el centro. (ZEBALLOS, 1900, p. 276.)

Zeballos parecia obstinado em resgatar a pureza dos “emblemas sagrados da pátria”, transformados pela “fantasia” de artesãos, arquitetos e pedreiros, muitos deles estrangeiros, uma vez que a tentativa de descobrir quais as verdadeiras cores nacionais encobria uma questão de fundo, esta sim, mais geral e complexa e da qual se ocupou enquanto diretor da *RDHL*: qual era a verdadeira nacionalidade?

José Luis Romero assinala que o robustecimento do patriotismo pareceu, a muitos intelectuais, a arma necessária para neutralizar os perigos representados pela imigração aluvional. (1965, p. 71) José Maria Ramos Mejía, diretor do Conselho Nacional de Educação (CNE) à época do Centenário, via a necessidade de resgatar a história do país, criar um panteão pátrio, dotar de símbolos, ou seja, elaborar uma “mitologia” capaz de fazer nascer no peito da nova geração – formada pelos filhos dos imigrantes – um sentimento de pertencimento à terra que os acolhera. O melhor método seria induzi-los a uma espécie de sujeição interior, pois Ramos Mejía considerava tratar-se de uma massa carente e pouco ilustrada que carregava consigo outros comportamentos e sentimentos, distintos dos argentinos. Ricardo Rojas também defendia a necessidade de rever os princípios fundamentais da educação argentina, pois afirmava que a educação baseada na história seria o único caminho capaz de criar o sentimento coletivo que o país requeria para fundir todos os seus elementos.

Para Romero (1965), a retórica oficial parecia ter cunhado definitivamente o tópico da “grandeza nacional”, do invejável destino argentino e de suas inatas virtudes. A ideia de pátria havia adquirido um valor convencional nas frases feitas, mas arrastava um sentimento autêntico e inevitável que se difundia e operava na sociedade como um vivo estímulo para a transformação do heterogêneo em homogêneo e para a absorção dos grupos humanos de diversas origens em uma coletividade.

A *RDHL* evocava o Estado para assumir o protagonismo e se impor sobre as “vontades dispersas e forças centrífugas” que atuavam no país e competiam com a educação patriótica, apontada como única expressão genuína do Estado nacional e do projeto liberal que parecia naufragar. Em outro discurso, pronunciado durante a



inauguração do novo Conselho Escolar do Distrito Norte da Capital, realizada na escola Sarmiento, Zeballos reconhecia que deveriam ser impostos limites à liberdade de pensamento e de ensino, de forma a garantir o êxito do projeto nacional:

... en la misma capital de la República, en este distrito central, se agitan y desarrollan diversos y antagónicos ideales educativos. Advertiríamos que mientras el uno cultiva la sencillez igualitaria de nuestro sistema político, preparando los niños para la vida de ciudadanos libres, el otro fomenta las preocupaciones de clases, la anarquía social y la subordinación del ciudadano a influencias y a disciplinas que enfrían el sentimiento patriótico y lo desvían de los ideales democráticos. Estas tendencias, abusos de la libertad de enseñar, subsisten porque la Nación carece de un ideal definido y de una acción resuelta en materia de educación. La libertad de pensamiento y de enseñanza reconocen un límite: el culto patriótico, cuya Biblia es la constitución federal. (ZEBALLOS, 1901, p. 289-299)

As escolas de estrangeiros eram um elemento preocupante, porém os centros anarquistas representavam maior ameaça aos ideais da elite dirigente. Por rechaçar a existência de toda organização estatal, baseada no poder e na autoridade, as escolas libertárias colidiam com as públicas à medida que não reconheciam, combatiam e refutavam o ideal patriótico que as sustentavam.

### **1910: o Centenário da Independência e o retorno às origens**

Os anos que antecederam a comemoração do Centenário da Independência foram marcados por grandes manifestações patrióticas na *RDHL*. A imigração continuava presente, porém passou a ser discutida de uma forma mais branda pela publicação. A defesa da nacionalidade continuou a ser o principal objetivo da revista, que passou a dar maior destaque às políticas educacionais – que não representavam uma novidade no discurso de Zeballos – e às comemorações do Centenário da Independência, convertidos em assuntos de primeira hora.

A data da comemoração do Centenário da Independência foi tomada como pretexto pela elite política e intelectual para inspirar na população o sentimento de pertencimento à nação argentina. Impulsionados pelos grupos dirigentes, múltiplos setores sociais foram, de alguma forma, incluídos nos preparativos de manifestações que tinham por objetivo resgatar a “argentinidade” e as tradições históricas, o que acabou transformando as festividades num modo de enfrentar a heterogeneidade étnica



causada pela grande porcentagem de imigrantes.

Por outro lado, o movimento operário se intensificava e, em 1909, foi vinculado a um atentado à bomba praticado pelo anarquista Simon Radowitzky, culminando na morte do Coronel Ramón Falcón e de seu secretário, além da decretação de estado de sítio e de uma forte repressão governamental. (BEIRED, 1984, p. 27) Houve manifestações públicas organizadas pela FORA com participação de cerca de 70.000 operários que exigiam a abolição da Lei de Residência e a liberdade de presos em conflitos sociais. Diante do início de uma greve geral, houve pronta resposta governamental por meio de uma operação policial repressiva que tratou de destruir as instalações dos jornais anarquistas *La protesta* e *La Batalla* e do socialista *La Vanguardia*, além de prisões e deportações de envolvidos no episódio.

Um novo projeto de lei teve sua aprovação acelerada em 1910 após um atentado à bomba no teatro Colón, em Buenos Aires – deixando várias pessoas feridas e causando pânico e medo nos políticos – cuja autoria foi atribuída pela polícia a um anarquista. A lei de Defesa Social fora um projeto apresentado por Carlos Meyer Pellegrini e elaborado por Nicolas Calvo e Lucas Ayarragaray<sup>11</sup> que proibia a reunião ou associação de anarquistas, regulava a realização de manifestações públicas, prescrevia penas para aqueles que provocassem tumultos, atentados, fabricassem ou portassem explosivos ou fizessem apologia àquilo que a lei considerasse delito; além disso, ratificava a Lei de Residência. Interpretamos, portanto, ambas as leis como medidas que feriram os direitos civis e sociais, demonstrando o caráter autoritário e perseguidor do Estado argentino em relação aos que se opunham ao projeto nacional.

Para resgatar o sentimento nacional, a elite intelectual propunha retornar ao passado, às origens, em busca de uma definição do ser essencialmente argentino. Nesse sentido, a identidade nacional, antes simbolizada pelo imigrante europeu, passou a ser problematizada a partir de outra perspectiva, na qual a herança colonial, outrora repudiada pelos liberais, foi recuperada e considerada parte integrante do novo modelo nacional.

Conforme demonstrou José Luis Beired (2010, p. 47), naquele ambiente de debate sobre a nacionalidade, produziu-se uma surpreendente mudança de posição em

---

<sup>11</sup> O projeto inicial contemplava a pena de morte para maiores de 15 anos, sem distinção de sexo, o que foi alterado para atingir os maiores de 18 anos.

referência à herança espanhola na Argentina e às relações que deveriam ser estabelecidas entre ambas as nações. Parte de um processo de circulação de ideias que conectou os dois lados do Atlântico, essa redefinição repercutiu sobre as representações das identidades nacionais, mobilizando defensores e críticos da tradição hispânica.

Nicolas Shumway (2008) destaca a existência, no século XIX, de uma corrente que concorria com a anti-hispanista, defendia as mesclas culturais, orgulhava-se da tradição hispânica como nacionalista ou populista, relacionando-a aos nomes de José Hernández, Olegario Andrade e Carlos Guido y Spano.

Para este historiador, o nacionalismo era, antes de tudo, nativista, orgulhoso da herança hispânica e de sua mistura étnica e rejeitava o racismo “esclarecido” dos liberais argentinos. A perspectiva criollista também foi resultado dessa visão otimista acerca do passado colonial. Originando-se no campo literário, o criollismo utilizava-se da mitificação do passado e do discurso telúrico, e associava a colonização espanhola a um período positivo da história argentina, pois considerava que foi a partir da miscigenação com os espanhóis que surgiu o tipo gaúcho identificado, por esses intelectuais, como aquele que melhor representaria a nação argentina. Estas perspectivas foram, portanto, retomadas num momento crucial para a nação argentina.

A independência cubana simbolizou o fim do império colonial espanhol na América e contribuiu para que a constante hispanofobia argentina transitasse a uma hispanofilia, que alcançou sua máxima expressão à época do Centenário da Independência (MAN, 2011, p. 218). Podemos enunciar alguns exemplos simbólicos que demonstram a mudança de orientação da Argentina em relação à “mãe pátria”, tanto no âmbito cultural quanto diplomático, como a supressão de uma estrofe do hino nacional argentino considerada ofensiva à Espanha, a presença de uma comitiva liderada pela infanta Isabel durante os festejos do Centenário da Revolução de Maio e a posterior adoção da comemoração do “Dia da Raça” em homenagem ao “descobrimento” colonial espanhol. Beired aponta ainda a importância da passagem do historiador espanhol Rafael Altamira pela Universidade de La Plata que inaugurou um novo ciclo para as relações científicas e culturais entre os dois países. (BEIRED, 2010, p. 51)



A *RDHL* difundiu o hispanismo à medida que Zeballos<sup>12</sup>, membro da Academia Argentina da Língua, empenhava-se em consolidar o castelhano como língua oficial, contribuindo de forma direta para que o legado espanhol e a hispanidade fossem relidos a partir de uma perspectiva positiva como aglutinador da nova identidade em processo de construção.

Por meio das ideias hispanistas, Zeballos pretendia promover a integração dos imigrantes espanhóis, deixando para trás sua posição estigmatizada associada à hispanofobia. A carga simbólica negativa foi voltada a outros grupos étnicos mais vulneráveis e com menor possibilidade de integração; por isso, entendemos que a revalorização positiva dos espanhóis, do “sangue ibérico” e da “raça hispânica”, tal como eram por ele enunciados, só se deu de maneira fortuita às expensas da exclusão de outros contingentes imigratórios, aos quais foram atribuídas as características de exóticos e marginais.

Os preparativos para a grande comemoração do Centenário da Independência iniciaram-se com anos de antecipação, o que permitiu a chegada de propostas, informações e pedidos vindos de todos os cantos do país, os quais serviram como base para que as autoridades nacionais decidissem acerca dos locais onde seriam construídos estátuas e monumentos que deveriam representar fatos históricos importantes para a Argentina.

Os artistas da época buscavam identificação com momentos históricos que haviam marcado o século XIX e que continuavam vivos na memória dos contemporâneos, tais como a Revolução de Maio de 1810, a luta pela independência, a construção do Estado nacional e a consolidação da nação. A estratégia elaborada pelo governo para criar um ambiente que inspirasse o sentimento patriótico contou, a princípio, com dispositivos visuais, mas logo foi complementada pela expressão escrita por meio da produção poética sobre temas relacionados ao significado histórico do Centenário. Revistas e jornais publicaram obras de poetas de reconhecida trajetória e também de autores das províncias, os quais viam nos festejos uma oportunidade de fazer com que seus versos fossem ouvidos. Com este intuito, estimulou-se ainda a impressão de obras completas de notáveis intelectuais argentinos, além da publicação de

---

<sup>12</sup> Rafael Monner Sans foi colaborador da *RDHL* e, nas homenagens póstumas prestadas a Zeballos, fez questão de destacar que deveria ser lembrado como um eloquente defensor do hispanismo.

documentos históricos e cartas geográficas que traziam as atualizações dos limites do país, e da inauguração de bibliotecas.

A *RDHL* publicou os discursos proferidos na capital federal como uma forma de exaltar o patriotismo inspirado pela data, os quais integravam uma seção intitulada “O Espírito do Centenário” e que teve continuação durante os anos seguintes, porém apresentando discursos proferidos nas províncias argentinas que apareciam sob o título de “Crônica Intelectual do Primeiro Centenário”.

No discurso de apresentação do curso intensivo de direito internacional privado na Universidade de Buenos Aires, Estanislao Zeballos afirmava, em 1911, que a temática abordada seria a nacionalidade. Pretendia discutir a situação da Argentina diante da alta cifra imigratória, do grande número de cidadãos cujos pais não eram argentinos, das discussões diplomáticas travadas a partir disso e aproveitava para tecer críticas ao governo nacional, indicando seus membros como o público-alvo de suas aulas:

Este curso interesa por consiguiente a los hombres de Estado de la República Argentina, que no ha completado su organización nacional, porque después de haber obtenido la independencia, de haber asegurado la libertad contra la dictadura y sancionado y promulgado las constituciones federal y provinciales, queda todavía en pie el gran problema substancial de la homogeneidad y definición de la población, sin que nos hayamos preocupado de sus soluciones sino por movimientos parciales y espasmódicos. (ZEBALLOS, 1912, p. 299-300.)

A nacionalidade aflorava mais uma vez como uma questão que se buscava definir e revelava a debilidade do estado argentino e o caráter ainda incompleto de sua organização política e institucional. Passados mais de vinte anos desde o início dos debates pela nacionalização dos estrangeiros, a situação parecia não apresentar mudanças significativas.

De acordo com Zeballos, a nacionalidade argentina constituía-se em um assunto que deveria interessar sobretudo aos estrangeiros que acreditavam ser cidadãos europeus, mas que, na realidade, não possuíam pátria alguma, já que não desempenhavam ação cívica que contribuísse para o progresso de sua pátria de origem e nem ao da pátria que os havia acolhido. Entretanto, notamos que ele buscou dialogar com outro público, dirigindo seu discurso à juventude que ocupava os assentos





universitários e que era composta, em grande medida, por filhos de imigrantes, considerados elementos chave para a definição da nacionalidade:

El millón y docientos mil argentinos, hijos de europeos, que se hallan en este caso, están llamados a formar la cabeza de la columna, en la solución de tan arduos y complejos problemas y en las leyes orgánicas que requieren. Honrarán así a sus padres, cuya situación es injusta e incómoda en los hogares argentinos, porque esos hombres sienten la voluntad de ser ciudadanos legales, porque lo son ya en el hecho social y económico, en el derecho privado y solo les falta la consagración del derecho público! Yo no concibo nada más digno de la piedad filial que obtener algún día la carta de naturalización de sus progenitores, que tornar a los hogares con la doble alegría del que va a honrar a su padre y al nuevo ciudadano de la República. (ZEBALLOS, 1912, p. 301)

A questão não era pertinente apenas para os “novos argentinos”, mas também para seus pais, cuja situação jurídica ainda era incerta, apesar de radicados há muitos anos no país. E, mais uma vez, Estanislao Zeballos evocava sua naturalização. Cabe ressaltar que esta postura destoava daquela outrora enunciada por Alberdi, quem defendia que a manutenção da nacionalidade original dos imigrantes, tanto para eles quanto para seus filhos, contribuiria para seu arraigo na América, sintetizada na proposta do *jus sanguinis*.

Zeballos enunciava também o caráter efêmero representado pelos festejos do Centenário e garantia que a naturalização dos estrangeiros contribuiria para uma mudança profunda e permanente que atingiria as estruturas políticas do país, marcando o início de uma etapa mais madura e construtiva:

... en la República Argentina no existen organizaciones políticas de partidos permanentes, sino individualismos que pretenden dirigir la opinión pública, para los cuales sería el golpe definitivo la incorporación de cientos de miles de electores calificados de nacionalidades extranjeras en su origen. Todos los recursos (...) han sido agotados para despertar el espíritu público argentino en materia electoral. (...) La naturalización de los extranjeros producirá un sentimiento reflejo. ¡Entonces los argentinos por amor propio no les cederán la urna e irán a disputársela con voto! (ZEBALLOS, 1912, p. 301-302.)

Este discurso de Zeballos fora proferido em um momento emblemático já que, poucos meses depois, no ano de 1912, teve início a reforma eleitoral proposta por Roque Sáenz Peña e, em março daquele ano, foram realizadas em Santa Fé, as primeiras eleições sob seu funcionamento. O voto ainda não foi secreto, mas se deu em caráter



obrigatório e foram utilizados registros militares, garantindo a eleição de Manuel Menchaca, representante do radicalismo, ao governo da província; dias mais tarde, foram realizados pleitos para deputados nacionais em todo o país e, mais uma vez, em várias regiões, a União Cívica Radical voltou a triunfar.

A instauração do sufrágio universal masculino, secreto e obrigatório levou a uma forçosa ampliação da participação política das massas e, dessa forma, os filhos de estrangeiros nascidos na Argentina que, por conseguinte, eram cidadãos, viram-se ser obrigados a votar. Contudo, a Lei Sáenz Peña era ainda bastante excludente, pois não permitia o voto feminino e nem dos inúmeros estrangeiros que viviam no país sem possuir a nacionalidade argentina. A proposta difundida por Zeballos, por sua vez, conservava-se a mesma desde 1887 e demonstrava ser mais democrática, já que abarcava a grande maioria de homens maiores de dezoito anos.

### Referências bibliográficas

BEIRED, José L. B.; CAPELATO, Maria H. R.; PRADO, Maria L. C. (Orgs.). *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas*. FCL-Assis-UNESP, LEHA-FFLCH-USP, 2010.

BEIRED, J. L. B. *O movimento operário argentino: das origens ao peronismo (1890-1946)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BERTONI, Lilia A. *Patriotas, cosmopolitas y nacionalistas*. La construcción de la nacionalidad argentina a fines del siglo XIX. Buenos Aires: Fondo de cultura económica, 2001.

CORNBLIT, Oscar. Inmigrantes y empresarios en la política argentina. *Desarrollo Económico*, vol. 6, n. 24, 1967, p. 641-691.

DEVOTO, Fernando. *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

FRANCO, Stella M. S. *Luzes e sombras na construção da nação argentina: os manuais de História Nacional (1868-1912)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

KLEIN, Herbert. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. *Fazer a América*. A imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 2000, p. 13-31.

MAN, Ronen. Raza, herencia y tradición en los escritos de Estanislao Zeballos. Una revalorización hispánica en clave de autoctonia. In: FERNANDEZ, Sandra; NAVARRO, Fernando (Orgs.). *Scribere est agere*. Estanislao Zeballos em la vorágine de la



modernidad argentina. Rosário: Quinta Pata & Camino Ediciones, 2011, p. 203-229.

ROMERO, José Luis. *Breve historia de la Argentina*. Buenos Aires, Eudeba, 1965.

*Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1916). Consultada e digitalizada no *Museo Roca*, em Buenos Aires.

SÁNCHEZ, Santiago J. Nacionalidad y inmigración en el pensamiento de Estanislao Zeballos (1883-1912). *Temas de historia argentina y americana*, n. 15, 2009, p. 223-258.

SHUMWAY, Nicolas. *La invención de la Argentina*. Historia de una idea. Buenos Aires: Emecé, 2008.

SVAMPA, Maristella. *El dilema argentino: civilización o barbarie*. De Sarmiento al revisionismo peronista. Buenos Aires: Imago Mundi, 1994.

ZEBALLOS, Estanislao S. Escuelas populares. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo IX, 1901.

\_\_\_\_\_. El escudo y los colores nacionales, *Revista de Derecho, Historia y Letras*, Buenos Aires, tomo VII, 1900.

\_\_\_\_\_. Discursos escolares. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XI, Buenos Aires, 1901.

\_\_\_\_\_. La nacionalidad. Discurso inaugural del curso intensivo sobre la materia en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires, 5 de abril de 1912. *Revista de Derecho, Historia y Letras*, tomo XXXIX, 1912.

